

ano 13 – n. 23 | mar. 2023/ago. 2023
Belo Horizonte | p. 1-300 | ISSN 2238-8508 | DOI RFDfE.v13.i23
R. Fórum Dir. Fin. e Econômico – RFDfE

**Revista Fórum de Direito
FINANCEIRO E ECONÔMICO**

RFDfE

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

REVISTA FÓRUM DE DIREITO FINANCEIRO E ECONÔMICO – RFDDE



A Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico – RFDDE apresenta produções científicas de duas importantes áreas do Direito, que abrangem todo o universo daqueles que, de alguma maneira, usam recursos públicos em suas atividades. Ao divulgar produções acadêmicas nacionais e internacionais, a RFDDE aproxima instituições relacionadas ao Direito Econômico e Financeiro, além de proporcionar ao leitor temas recorrentes a esses ramos, tais como: planejamento, concorrência, recursos minerais e petrolíferos, comércio internacional, reforma urbana e agrária, análises sobre a ordem econômica constitucional, abrangência da *lex mercatoria*, entre outros.

Fundador da Revista

Regis Fernandes de Oliveira (USP)

Coordenadores da Revista

Fernando Facury Scaff – Direito Financeiro (USP)
Gilberto Bercovici – Direito Econômico (USP)

Coordenadores do Conselho Editorial

Helena Taveira Torres – Direito Financeiro (USP)
Luiz Fernando Massonetto – Direito Econômico (USP)

Membros do Conselho Editorial

Airton L. Cerqueira Leite Seelaender (UnB)	Hermes Marcelo Huck (USP)
Alessandro Serafim Octaviani (USP)	Horácio Corti (Universidade de Buenos Aires, Argentina)
Ana Carla Blancherie (USP)	Itziar Gómez Fernández (Universidad Carlos III, Espanha)
Ana Maria Nusdeo (USP)	João Marcelo de Lima Assafim (UFRJ)
Antônio José Avelãs Nunes (Universidade de Coimbra, Portugal)	João Ricardo Catarino (Universidade Técnica de Lisboa, Portugal)
Antonio Maués (UFPA)	José Casalta Nabais (Universidade de Coimbra, Portugal)
Carlos Miguel Herrera (Université de Cergy-Pontoise, França)	José María Arruda de Andrade (USP)
Cláudio Pereira de Souza Neto (UFF)	Luis Fernando Massonetto (USP)
Diogo Rosenthal Coutinho (USP)	Luisa Cassetti (Università di Perugia, Itália)
Estevão Horvath (USP)	Marcus Faro de Castro (UnB)
Fabio Nusdeo (USP)	Martônio Mont'Alverne Barreto Lima (Unifor)
Francisco Jose Cañal Garcia (Universidade de Barcelona, Espanha)	Michel Bouvier (Universidade Sorbonne-Paris I, França)
Giovani Clark (UFMG)	Ricardo Antônio Lucas Camargo (UFRGS)
Gonçalo Avelãs Nunes (Universidade de Aveiro, Portugal)	Roberto Romboli (Università di Pisa, Itália)
Helena Taveira Torres (USP)	Violeta Ruiz Almendral (Universidad Carlos III, Espanha)

Pareceristas

Gilberto Bercovici (Universidade de São Paulo)	Gabriel Loretto Lochagin (Universidade de São Paulo)
Onofre Alves Batista Júnior (Universidade Federal de Minas Gerais)	Matheus Carneiro Assunção
Elida Graziane Pinto (Procuradora do MP de Contas do Estado de São Paulo)	(Instituto Brasileiro de Direito Tributário – IBDT)
Flávio Rubinstein (GVLaw - FGV-SP)	Licurgo Joseph Mourão de Oliveira (TCEMG)
Michel Haber Neto (Universidade de São Paulo)	Luma Cavaleiro de Macêdo Scaff (Universidade Federal do Pará)

© 2023 Editora Fórum Ltda.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, de fotocópias ou de gravação, sem permissão por escrito do possuidor dos direitos de cópias (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430 – Belo Horizonte/MG – Brasil – Tel.: (31) 99412.0131
www.editoraforum.com.br / E-mail: editoraforum@editoraforum.com.br

Impressa no Brasil / Printed in Brazil / Distribuída em todo o território nacional

Os conceitos e opiniões expressas nos trabalhos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

R454 Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico : RFDDE.
– ano 5, n. 2, (set./fev. 2016): . – Belo Horizonte :
Fórum, 2016-

Semestral
ISSN 2238-8508
DOI 10.52028/RFDDE

1. Direito financeiro. 2. Direito econômico. 3. Direito
público. I. Fórum.

CDD: 341.38
CDU: 347.73

Esta revista está indexada em:

- Directory of Research Journals Indexing - DRJI
- Sumários de Revistas Brasileiras (Sumários.org)
- Scholar Google
- Base RVBI (Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional)

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Capa: Igor Jamur
Projeto gráfico: Walter Santos

Sumário

DIREITO FINANCEIRO

Da legitimidade no direito financeiro

Regis Fernandes de Oliveira	9
1 Democracia, legalidade e legitimidade	9
2 O iluminismo	13
3 <i>Potestas e auctoritas</i>	15
4 Duas concepções de legitimidade	16
5 Passos para a legitimidade	18
6 A legitimidade no direito financeiro – o orçamento como peça central	21
7 O direito financeiro hoje	24
Referências	26

Aspectos financeiros e tributários do *aporte de recursos públicos* nas Parcerias Público-Privadas

Fernando Facury Scaff, Raquel Lamboglia Guimarães	29
Introdução	29
1 O enquadramento financeiro e seus reflexos tributários do <i>aporte público</i> em PPPs	31
1.1 Os diferentes significados de <i>aporte</i>	31
1.2 O aporte público de capital entre o direito financeiro e o tributário	33
2 O Projeto de Lei nº 7.063-B, de 2017	40
Conclusões	41
Referências	42

A análise da constitucionalidade das emendas nº 86/2015 e a nº 95/2016 pelo Supremo Tribunal Federal – vinculações para o custeio dos direitos sociais e vedação ao retrocesso social

Marina Tangenelli Bellegarde	45
Introdução	45
1 Liberdades e limites do legislador orçamentário	46
2 Vinculações para custeio dos direitos fundamentais	49
3 Princípio da proibição do retrocesso social	51
4 Os impactos nos direitos fundamentais pelas emendas à Constituição nº 86/2015 e nº 95/2016 e o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal	56
Conclusão	63
Referências	64

A *referibilidade* das contribuições especiais e a Desvinculação das Receitas da União (DRU). Necessária interseção entre o direito financeiro e o direito tributário

André Felipe Batista dos Santos	67
Introdução	67
1 Classificação das espécies tributárias. Teoria pentapartite adotada pelo STF	70
2 A <i>referibilidade</i> das contribuições especiais e o conteúdo de sua norma constitucional de competência	72

3	Desvinculação das Receitas da União (DRU) aplicadas às contribuições especiais. Ocorre a transformação em “impostos”?	75
	Considerações finais	81
4	Referências	82

O árduo embate para a imposição de taxas ao contribuinte: o caso das taxas da Suframa

Jesse Rodrigues dos Santos		85
1	Introdução	85
2	O histórico da cobrança pelos serviços da Suframa	88
3	Os serviços públicos oferecidos pela Suframa	89
4	Teorias e fatos sobre as taxas e a TSA	92
4.1	O sistema de cobranças da TSA	95
4.2	As contestações da constitucionalidade da TSA	98
5	A reformulação legislativa e os impactos sobre as receitas da Suframa	100
5.1	A nova configuração das taxas	100
5.2	Impactos na geração de receitas e as novas contestações	102
6	Considerações conclusivas	106
	Referências	107

DIREITO ECONÔMICO

Reflexões sobre a democracia. O “naufrágio da civilização”

Antônio José Avelãs Nunes	111
Referências	157

Segurança jurídica, direito público, relações econômicas e o princípio *nemo potest venire contra factum proprium*

Gilberto Bercovici	161
Referências	168

A regularização fundiária como instrumento de efetividade do direito à moradia e do desenvolvimento econômico e social

Andre Luiz dos Santos Nakamura	171
Introdução	171
1 O direito fundamental social à moradia	172
2 Regularização fundiária e direito à moradia	175
3 A Regularização Fundiária Urbana (REURB)	177
4 Programas de regularização fundiária em terras públicas – aspectos gerais	180
5 Programas de regularização fundiária do estado de São Paulo	182
Referências	185

As inconsistências da solução investidor-Estado na proteção internacional do investidor estrangeiro: análise das principais cláusulas substantivas dos BITs a partir dos casos arbitrais *ad hoc*, sob a perspectiva dos países receptores de capital

Thiago Ferreira Almeida	187
1 Introdução	188

2	Tratamentos Nacional (National Treatment – NT)	189
3	Tratamento da Nação Mais Favorecida (Most-Favored-Nation Treatment – MFN) ...	191
4	Proteção Mínima Internacional (Minimum Standard of Treatment – MST)	194
5	Tratamento Justo e Equânime (Fair and Equitable Treatment – FET)	196
6	Segurança e Proteção Total (Full Protection and Security – FPS).....	199
7	Expropriações direta e indireta e compensação	200
8	Cláusula Guarda-Chuva (Umbrella Clause)	205
9	Conclusão	213
	Referências	214

Estado e exceção econômica na periferia: acumulação primitiva e outras formas de expropriação do comum

Thiago Lemos Possas	223
Introdução	223
a) Itinerário	223
b) Enfoque metodológico	224
1 Da acumulação primitiva contemporânea	227
2 Outras formas de expropriação do comum	235
3 A exceção econômica brasileira: a permanência da pilhagem	243
Considerações finais	254
Referências	255

Capitalismo de plataforma e tipologia constitucional das plataformas digitais: entre mercados, praças públicas, anfiteatros e estradas

Gabriel Demetrio Domingues Coimbra	259
1 Introdução	259
2 Velocidade, complexidade, ambivalência e incerteza: heurísticas para a compreensão da era digital no mundo pós-pandemia	262
3 As revoluções industriais, a comunicação e a era digital	266
4 O progresso como escolha e a possibilidade do seu direcionamento social	270
5 A evolução do conceito de plataforma	274
6 Características das plataformas multilaterais digitais	277
6.1 Efeitos de rede	278
6.2 Não neutralidade da estrutura de preços	280
6.3 Concentração em ativos intangíveis com escalabilidade a custo marginal “quase zero”	282
6.4 Uso intensivo de dados e algoritmos	284
6.5 Tendência a concentração como quase-monopólios naturais	285
7 Conceito e funções das plataformas digitais	287
8 Tipologia constitucional das plataformas digitais	289
9 Referências	295

Instruções para os autores	299
----------------------------------	-----